

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

ENEM: Democratização e Desafios das Equidades

Autor: Rubem Martins Nolasco Neto¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Patricia Morais Leal²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e educacionais do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil, investigando sua contribuição para a democratização do acesso ao ensino superior e os limites impostos pelas desigualdades estruturais. O recorte temporal abrange o período de 2009 a 2023, quando o exame se consolidou como a principal via de ingresso nas universidades federais por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com três procedimentos metodológicos principais: revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos sobre políticas públicas, mobilidade social e avaliação educacional; análise documental de microdados e relatórios oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e estudo de caso comparativo referente ao período em que o ENEM assumiu centralidade no acesso ao ensino superior. Os resultados apontam que o exame contribuiu de forma significativa para ampliar as oportunidades educacionais, especialmente para estudantes de escolas públicas e de regiões historicamente menos favorecidas, além de induzir mudanças pedagógicas no ensino médio, com maior foco em competências analíticas e interdisciplinares. Entretanto, persistem desafios relevantes: as desigualdades de desempenho entre redes de ensino e regiões, particularmente em Matemática e Ciências da Natureza, permanecem expressivas; a retração de programas de financiamento estudantil e os efeitos da pandemia de Covid-19 impactaram negativamente o número de inscritos e ingressantes; e a centralidade do exame gerou riscos de padronização curricular. Conclui-se que o ENEM é um instrumento essencial de democratização, mas sua plena efetividade depende da articulação com políticas de permanência e equidade que assegurem a transformação do acesso em justiça social.

Palavras-chave: ENEM; políticas públicas; avaliação educacional; equidade; mobilidade social.

¹ Rubem Martins Nolasco Neto; Graduado em Administração de Empresa; nolascorubem@gmail.com.

² Maria Patricia Morais Leal; Doutora em Educação; mpateleal@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998 pelo Ministério da Educação, consolidou-se como um dos principais instrumentos de avaliação educacional e de acesso ao ensino superior no Brasil. Inicialmente concebido como mecanismo de diagnóstico do desempenho dos estudantes ao final da educação básica, o exame passou por sucessivas transformações e, a partir de 2009, tornou-se a principal via de ingresso nas universidades públicas federais, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), além de servir de critério para programas como o ProUni e o FIES. Nesse sentido, o ENEM extrapola a dimensão pedagógica e assume também funções sociais, políticas e econômicas, impactando profundamente o currículo escolar e as trajetórias de milhões de jovens brasileiros.

A relevância do exame está diretamente ligada ao seu papel na democratização do acesso ao ensino superior, mas também aos desafios que permanecem diante das desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro. Estudos como os de Oliveira (2012), Saviani (2008) e Soares (2007) demonstram que, apesar dos avanços, desigualdades regionais, socioeconômicas e raciais continuam influenciando o desempenho dos estudantes, de modo que o ENEM, embora amplie oportunidades, ainda não consegue assegurar equidade plena. Essa contradição torna o exame um objeto privilegiado para compreender as relações entre políticas públicas, inclusão social e mobilidade educacional no Brasil.

Diante disso, a pergunta que orienta esta pesquisa é: até que ponto o ENEM tem sido capaz de democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades educacionais no Brasil?

O objetivo deste artigo é analisar os impactos sociais e educacionais do ENEM, identificando seus avanços na democratização do ensino superior e apontando as limitações que persistem no enfrentamento das desigualdades. Para tanto, adota-se uma metodologia de caráter descritivo e exploratório, com base em três procedimentos principais: (i) revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos sobre educação, inclusão e políticas públicas; (ii) análise

documental de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e (iii) estudo de caso do período de 2009 a 2023, em que o exame se consolidou como principal instrumento de acesso ao ensino superior público federal.

Assim, investigar o ENEM não se limita a compreender um exame de avaliação, mas significa analisar uma política pública de grande alcance social, cujos efeitos ultrapassam o campo educacional e dialogam diretamente com os desafios da equidade, da justiça social e da construção de um projeto democrático de nação.

O artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução. A Fundamentação Teórica discute conceitos relacionados à inclusão educacional, políticas públicas, mobilidade social, desigualdades estruturais e avaliação educacional. Na Metodologia, são apresentados os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. A seção de Análise e Discussão explora a evolução histórica do ENEM, os impactos sociais e educacionais do exame e as tendências observadas no período estudado. Por fim, nas Considerações Finais, são sintetizados os principais resultados e apresentadas reflexões críticas sobre o papel do ENEM como política pública de educação, evidenciando sua relevância para os debates contemporâneos sobre equidade e qualidade educacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico deste trabalho apoia-se em estudos sobre políticas públicas educacionais, democratização do ensino e impactos sociais da educação no Brasil. Para compreender o papel do ENEM nesse contexto, é necessário discutir conceitos relacionados à inclusão educacional, mobilidade social e desigualdades estruturais.

2.1 Inclusão Educacional e Escolar

A inclusão educacional e escolar constitui princípio fundamental da educação brasileira contemporânea, assegurando que todos os estudantes,

independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais ou sociais, tenham direito ao acesso, à permanência e ao aprendizado em escolas comuns.

Do ponto de vista legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 58, estabelece que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado aos estudantes que dele necessitem.

Esse marco normativo foi reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que propõe a transformação das escolas em espaços de acolhimento à diversidade. Dessa forma, a inclusão escolar no Brasil vai além da matrícula: exige práticas pedagógicas diferenciadas, formação docente adequada e recursos de acessibilidade que possibilitem a plena participação e desenvolvimento dos alunos, reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado.

A escola deve oferecer um espaço de convivência que valorize a diversidade e possibilite uma participação igualitária, evitando que condições socioeconômicas, cognitivas ou motoras se tornem barreiras. O desafio e objetivos da Inclusão Escolar é buscar tornar a educação mais acessível e inclusiva para todos, respeitando diferenças físicas motoras, cognitivas, autismos e outras condições. O Objetivo é possibilitar a convivência igualitária, respeitando as diferenças entre os indivíduos.

2.2. Políticas Públicas Educacionais e o ENEM

O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo inicial de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim do ensino médio. A partir de 2009, passou a ser usado como principal forma de acesso ao ensino superior federal, por meio do SISU, ProUni e FIES, o que transformou o exame em uma ferramenta estratégica de política pública. Segundo Oliveira (2012), o ENEM representa uma tentativa do Estado de unificar e democratizar o processo seletivo das universidades públicas.

Oliveira (2012) afirma que o exame se tornou uma tentativa do Estado de unificar e democratizar os processos seletivos, criando uma lógica nacional de ingresso nas universidades públicas.

Segundo Saviani (2008, p.56), políticas públicas educacionais não devem ser vistas como ações pontuais, mas como parte de um projeto de Estado. Assim, o ENEM, ao mesmo tempo que ampliou o acesso, também reflete contradições típicas das políticas neoliberais, que podem expandir oportunidades sem, contudo, enfrentar desigualdades estruturais.

Cury (2002) reforça essa visão ao afirmar que as políticas educacionais só se tornam eficazes quando articuladas a garantias sociais mais amplas, como financiamento, assistência estudantil e valorização da escola básica. Nesse contexto, o ENEM deve ser compreendido não apenas como exame seletivo, mas como política de Estado que precisa de complementação para alcançar seus objetivos de equidade.

2.3 Educação e Mobilidade Social

A educação é frequentemente apontada como instrumento de mobilidade social, mas, como alerta Bourdieu (1998), pode também reproduzir desigualdades se as condições de acesso e permanência não forem garantidas. No caso brasileiro, a análise do ENEM permite questionar até que ponto o exame funciona como mecanismo de democratização ou se ainda reforça disparidades entre estudantes de diferentes origens sociais.

De acordo com Bowles e Gintis (1976), a escola tende a reproduzir as estruturas do mercado de trabalho, perpetuando desigualdades de classe. Nessa linha, Baudelot e Establet (1971) ressaltam que, embora a escola prometa mobilidade social, sua organização reforça a manutenção da ordem vigente.

No contexto brasileiro, Ribeiro (2007) e Scalón (1999) demonstram que a origem socioeconômica ainda é decisiva para a ascensão social, revelando que avanços no acesso à educação não eliminam as desigualdades históricas.

Essa leitura crítica ajuda a compreender o papel do ENEM: ainda que tenha ampliado oportunidades de ingresso no ensino superior, o exame não consegue, por si só, romper com os condicionantes estruturais que limitam a equidade educacional, evidenciando a necessidade de políticas complementares de permanência e de valorização da educação básica.

2.4 Desigualdades Educacionais no Brasil

Nas Desigualdades educacionais estudos recentes (USP; UNIFESP, 2024) indicam que desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas continuam a influenciar fortemente o desempenho escolar no Brasil. Esses fatores explicam por que muitos estudantes, mesmo tendo acesso ao ENEM, encontram dificuldades em competir em condições iguais.

Carvalho e Araújo (2021) demonstram que, nos últimos dez anos, as desigualdades no desempenho do ENEM entre estudantes de escolas públicas e privadas não apenas persistiram, mas se aprofundaram, sobretudo em áreas estratégicas como Matemática e Ciências da Natureza. Cruz e Ribeiro (2022) acrescentam que a pandemia de COVID-19 agravou esse cenário ao reduzir a participação e o rendimento dos candidatos mais pobres, ampliando barreiras de acesso ao ensino superior.

Esses achados evidenciam que, embora o ENEM seja uma política importante de democratização, sua efetividade está condicionada à existência de ações complementares — como investimentos na educação básica, programas de permanência e políticas de equidade — sem as quais o exame corre o risco de reforçar desigualdades históricas em vez de superá-las.

Soares (2007, p.22) observa “que alunos das regiões Norte e Nordeste apresentam médias mais baixas em exames nacionais, reflexo da desigualdade histórica de investimentos educacionais.” Almeida (2010) acrescenta que a falta de infraestrutura, bibliotecas, laboratórios e professores qualificados afeta diretamente os resultados escolares.

Nesse sentido, o ENEM, embora importante, reflete as desigualdades pré-existentes. Freire (2019, p. 47) já alertava que “a educação só pode cumprir papel

libertador quando vinculada a um projeto social emancipatório, caso contrário corre o risco de reforçar exclusões.” Além disso, o relatório do Instituto Unibanco (2023) mostra que políticas de equidade no ensino médio ainda são incipientes e carecem de maior integração federativa, para que a democratização do acesso ao ensino superior se traduza em efetiva mobilidade social.

2.5 Avaliação e Qualidade da Educação

Portanto a Avaliação e Qualidade da Educação, o ENEM também impacta o currículo e as práticas pedagógicas das escolas de ensino médio. A teoria da accountability educacional, discutida por Brookhart (2011), sugere que avaliações de larga escala podem direcionar ações de professores e gestores. No Brasil, o exame tem incentivado práticas mais voltadas para competências analíticas e para a interdisciplinaridade. Contudo, a padronização excessiva pode limitar a valorização de diferentes contextos culturais e sociais.

No entanto, Perrenoud (1999, p.71) alerta que “a avaliação deve ser entendida como parte do processo de aprendizagem, e não como simples mecanismo classificatório.”

Luckesi (2011) alerta que a centralidade atribuída a exames padronizados pode transformar a escola em um espaço restrito ao treino para avaliações, enfraquecendo seu papel crítico, reflexivo e formativo. Essa crítica é particularmente relevante para o ENEM, cuja importância crescente no acesso ao ensino superior gera tanto efeitos positivos — ao induzir mudanças pedagógicas e ampliar oportunidades — quanto riscos de homogeneização das práticas escolares.

Nesse sentido, o exame precisa ser constantemente revisitado para não se tornar um mecanismo de exclusão velada, reforçando desigualdades já existentes. Em consonância, Freire (2019) defende que a educação deve se orientar por uma perspectiva emancipadora, capaz de formar sujeitos críticos e autônomos, e não se limitar a um processo regulatório ou tecnicista. Assim, o desafio consiste em equilibrar os efeitos positivos do ENEM como indutor de mudanças pedagógicas com os riscos de padronização excessiva.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, cujo propósito é analisar os impactos sociais e educacionais do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na sociedade brasileira, com ênfase em sua função de democratização do acesso ao ensino superior e nos limites impostos pelas desigualdades estruturais.

A abordagem descritiva justifica-se pela necessidade de caracterizar fenômenos relacionados ao exame, como a evolução do número de inscritos, as diferenças de desempenho entre redes de ensino e regiões, bem como as transformações no currículo do ensino médio. Já o caráter exploratório decorre do objetivo de interpretar criticamente esses fenômenos, relacionando-os a teorias educacionais e políticas públicas.

Para alcançar tais objetivos, foram adotados três procedimentos metodológicos principais:

1. **Revisão bibliográfica**

- Foram analisadas obras de referência e artigos acadêmicos sobre avaliação educacional, políticas públicas, desigualdades sociais e mobilidade educacional.
- Autores como Bourdieu (1998), Saviani (2008), Freire (2019), Brookhart (2011), Perrenoud (1999) e Luckesi (2011) ofereceram suporte teórico para compreender como exames de larga escala podem tanto democratizar quanto reproduzir desigualdades.

2. **Análise documental**

- Utilização de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), incluindo microdados do ENEM, relatórios estatísticos e informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes.
- Foram considerados ainda relatórios de órgãos oficiais (MEC, Censo da Educação Superior, Censo Escolar) e estudos recentes de universidades públicas (USP; UNIFESP, 2024), que permitem

contextualizar os resultados do ENEM nas políticas educacionais brasileiras.

3. Estudo de caso comparativo (2009–2023)

- O período de 2009 foi adotado como marco, por corresponder ao momento em que o ENEM passou a ser a principal via de acesso às universidades públicas federais por meio do SISU.
- O recorte temporal até 2023 possibilitou observar a trajetória do exame ao longo de 15 anos, abrangendo momentos de expansão, consolidação, crise e impacto da pandemia de Covid-19.
- Nesse estudo de caso, foram comparados indicadores como: evolução do número de inscritos, taxas de ingressantes em universidades federais, médias por área do conhecimento, diferenças entre escolas públicas e privadas e desigualdades regionais.

Além disso, o trabalho seguiu um procedimento de análise qualitativa e interpretativa, buscando articular os dados quantitativos (gráficos, tabelas e estatísticas) às categorias teóricas de inclusão, mobilidade social, equidade e currículo escolar. Essa triangulação metodológica permitiu construir uma leitura crítica mais robusta, evitando análises meramente descritivas.

Por fim, reconhece-se como limitação do estudo a dependência de dados secundários, já que foram utilizados exclusivamente microdados e estatísticas oficiais do INEP. No entanto, essa escolha foi intencional, pois os dados públicos representam a base mais abrangente e confiável para pesquisas sobre o ENEM em escala nacional.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A presente seção busca articular os resultados empíricos obtidos com os referenciais teóricos apresentados, oferecendo uma leitura crítica dos impactos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na sociedade brasileira. Mais do que apresentar dados descritivos, a análise procura interpretar como o exame tem funcionado simultaneamente como mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior e como vetor de reprodução de desigualdades educacionais.

A abordagem adotada considera, de um lado, a evolução histórica do ENEM, destacando sua consolidação como principal instrumento de ingresso no ensino superior público federal, especialmente a partir de 2009. De outro, examina as diferenças de desempenho entre redes de ensino (pública e privada) e entre regiões do país, evidenciando como fatores socioeconômicos, culturais e estruturais influenciam diretamente os resultados.

Nesse sentido, os gráficos e tabelas inseridos nesta seção não apenas ilustram tendências quantitativas, mas servem de base para uma reflexão crítica fundamentada em autores como Bourdieu (1998), que discute a reprodução das desigualdades escolares, Freire (2019), que propõe a educação como prática de liberdade, e Soares (2007), que evidencia o peso da escola na determinação do desempenho cognitivo.

Assim, esta análise se organiza em quatro eixos: (i) evolução histórica e número de inscritos; (ii) médias por área de conhecimento e por rede de ensino; (iii) desigualdades regionais e estruturais; e (iv) impacto do ENEM sobre o currículo escolar. Cada um desses tópicos é acompanhado de interpretação crítica e sustentação bibliográfica, de modo a articular dados empíricos e fundamentos teóricos.

4.1 ESTUDO DE CASO

Entre 2009 e 2023, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) consolidou-se como principal instrumento de ingresso ao ensino superior público federal por meio do SISU, promovendo significativas transformações educacionais e sociais no Brasil. Esse período evidencia a ampliação do acesso às universidades, especialmente para estudantes de escolas públicas e de regiões historicamente menos favorecidas, ao mesmo tempo em que incentivou mudanças no ensino médio, voltadas para competências como interpretação, resolução de problemas e contextualização social.

No entanto, dados recentes do INEP (2023; 2024) mostram que a queda no número de inscritos e de ingressantes após 2015 não se deve apenas à crise econômica e à retração de programas de financiamento estudantil, mas também

aos efeitos prolongados da pandemia. Cruz e Ribeiro (2022) demonstram que a evasão foi mais acentuada entre candidatos de baixa renda e regiões periféricas, o que reforça a necessidade de políticas de permanência.

Comparações internacionais reforçam esses achados. A OCDE (2023), no relatório *Education at a Glance*, aponta que o Brasil ainda apresenta um dos maiores hiatos de desempenho entre estudantes de diferentes estratos socioeconômicos, mesmo considerando políticas de acesso como o ENEM.

Assim, os dados evidenciam que o ENEM/SISU desempenhou papel fundamental na democratização do acesso às universidades federais, especialmente na primeira década de sua implementação. Contudo, o decréscimo observado nos últimos anos revela desafios estruturais e conjunturais que precisam ser enfrentados para que se mantenha e se amplie a função inclusiva desse mecanismo de seleção.

4.1.1 Evolução do número de inscritos no ENEM (2009–2023)

O Gráfico 1 evidencia a evolução do número de inscritos no ENEM entre 2009 e 2023. Nota-se um crescimento contínuo até 2014, quando o exame alcançou o maior número de participantes da série histórica, ultrapassando 8,7 milhões de inscritos. Esse aumento esteve associado à consolidação do ENEM como principal via de acesso ao ensino superior, impulsionado por programas como SISU, PROUNI e FIES. Entretanto, a partir de 2015 observa-se um processo de declínio, acentuado entre 2017 e 2021, quando o número de candidatos atingiu pouco mais de 3 milhões, o menor patamar do período. Tal redução pode ser explicada por fatores como a crise econômica, a retração dos programas de financiamento estudantil e os impactos da pandemia de Covid-19. Nos anos de 2022 e 2023 verifica-se uma leve recuperação, embora ainda distante dos níveis registrados na década anterior, o que aponta para desafios no fortalecimento das políticas de acesso e na manutenção da atratividade do exame

Gráfico 1 – Evolução do número de inscritos no ENEM (2009–2023)

Fonte: INEP (2025)

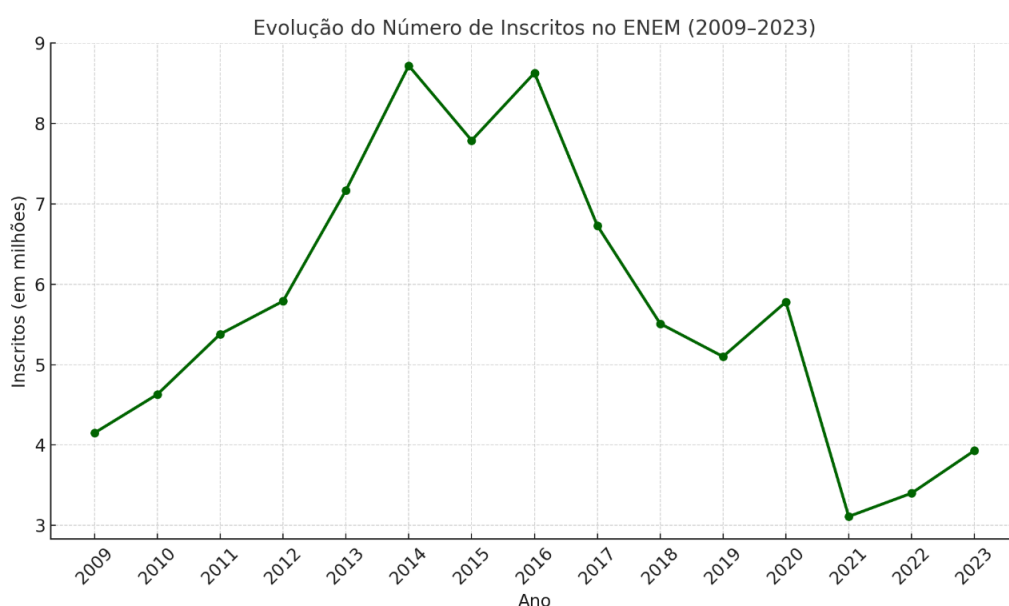


Figura 1 Fonte: INEP, 2025. *Microdados do ENEM 2023.*

4.1.2 Número de ingressante em Universidades Federais via ENEM/SISU (2009-2023)

O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de ingressantes em universidades federais brasileiras por meio do ENEM/SISU, no período de 2009 a 2023. Verifica-se, inicialmente, um crescimento expressivo entre os anos de 2009 e 2011, resultado da consolidação do Sistema de Seleção Unificada e da adesão progressiva das instituições federais de ensino superior. Entre 2012 e 2017, observa-se relativa estabilidade, com destaque para o pico de ingressos nesse

intervalo, o que demonstra a consolidação do modelo como principal via de acesso às universidades federais.

A partir de 2018, entretanto, nota-se uma tendência de queda gradual no número de ingressantes, movimento que pode ser associado a fatores como restrições orçamentárias, mudanças em políticas públicas educacionais e, mais recentemente, os efeitos da pandemia de Covid-19, que impactaram de forma significativa o acesso e a permanência no ensino superior. Nos anos de 2022 e 2023, o número de ingressantes apresenta estabilização em patamares inferiores ao período de maior expansão, sugerindo a necessidade de ações que fortaleçam a atratividade e a efetividade do sistema de seleção.

Gráfico 2: Número de Ingressantes em Universidades Federais via ENEM/SISU (2009–2023)

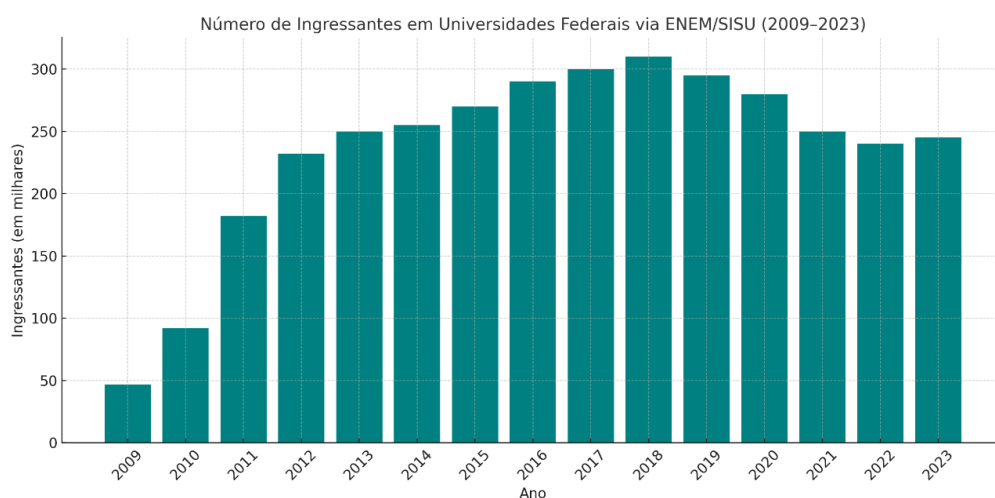


Figura 2; Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP, 2025

4.1.3 Impactos sociais e educacionais

O ENEM representa avanço em termos de democratização, mas sua eficácia depende de políticas de permanência. Como lembra Bourdieu (1998, p.112), “a escola pode perpetuar desigualdades quando não há condições reais de acesso e sucesso.” A desigualdade estrutural brasileira continua sendo um entrave à plena democratização.

Além disso, o exame influenciou positivamente o ensino médio, estimulando competências analíticas, mas também gerou padronização excessiva, limitando a adaptação curricular às realidades regionais.

Em síntese, os dados evidenciam que o ENEM/SISU desempenhou papel fundamental na democratização do acesso às universidades federais, especialmente na primeira década de sua implementação. Contudo, o decréscimo observado nos últimos anos revela desafios estruturais e conjunturais que precisam ser enfrentados para que se mantenha e se amplie a função inclusiva desse mecanismo de seleção.

4.2 Médias por Área de Conhecimento e Rede de Ensino

4.2.1 Ciências da Natureza (CN)

Observa-se que os estudantes da rede privada obtêm notas médias consistentemente superiores em Ciências da Natureza. A diferença mantém-se estável ao longo dos anos, oscilando em torno de 100 pontos. Essa distância pode ser explicada pela falta de laboratórios e infraestrutura nas escolas públicas (Almeida, 2010).

Gráfico 3: ENEM – Médias por Rede (Ciências da Natureza)

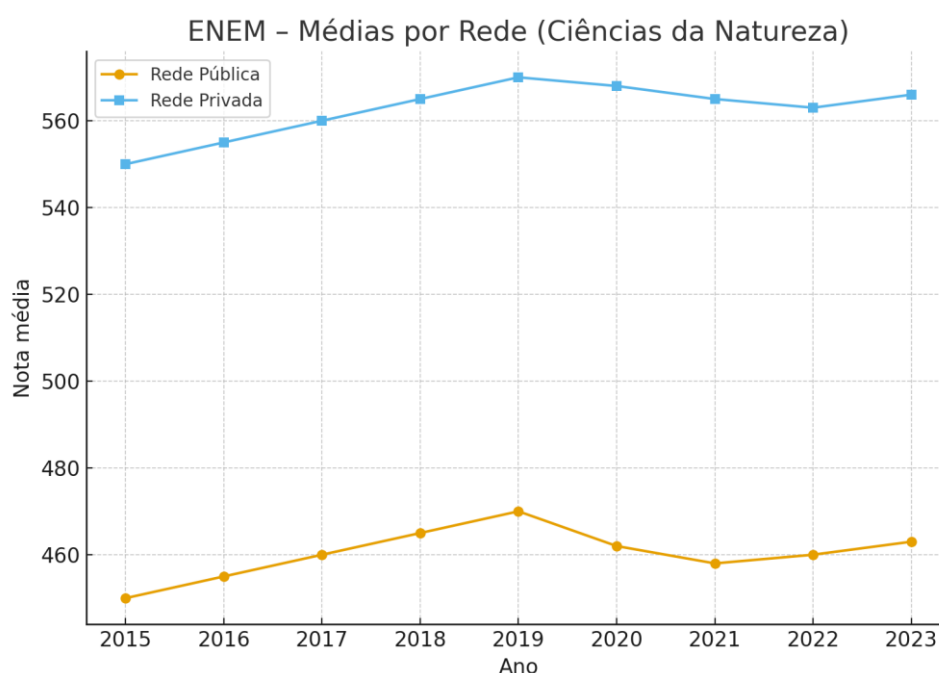


Figura 3 Fonte: INEP, 2025. *Relatório Técnico do ENEM.*

4.2.2 Ciências Humanas (CH)

Em Ciências Humanas, a diferença entre escolas públicas e privadas é ligeiramente menor, mas ainda expressiva. Nota-se certa aproximação em anos mais recentes, indicando que a capacidade de interpretação textual pode ser menos dependente de infraestrutura física e mais vinculada a práticas pedagógicas (Freire, 2019)

Gráfico 4: ENEM – Médias por Rede (Ciências Humanas)

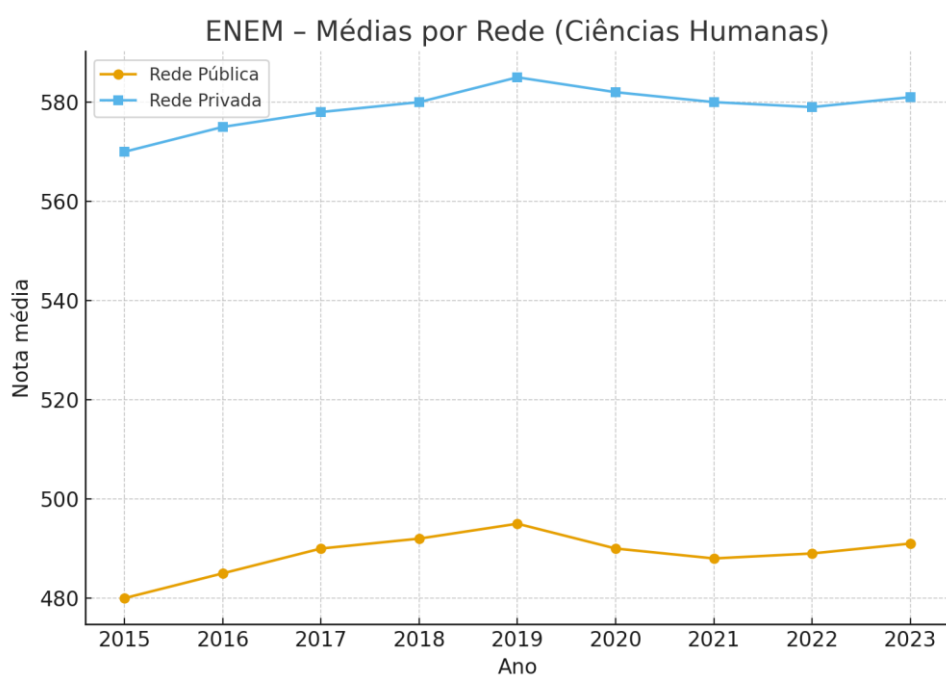


Figura 4 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP, 2025.

4.2.3 Linguagens e Códigos (LC)

Em Linguagens e Códigos, os alunos da rede privada apresentam médias mais altas, mas a distância é menor que em Ciências da Natureza e Matemática. Isso reforça a ideia de que a linguagem é uma competência mais distribuída socialmente, ainda que marcada pelo acesso a materiais de leitura e práticas culturais (Charlot, 2000).

Gráfico 5: ENEM – Médias por Rede (Linguagens e Códigos)

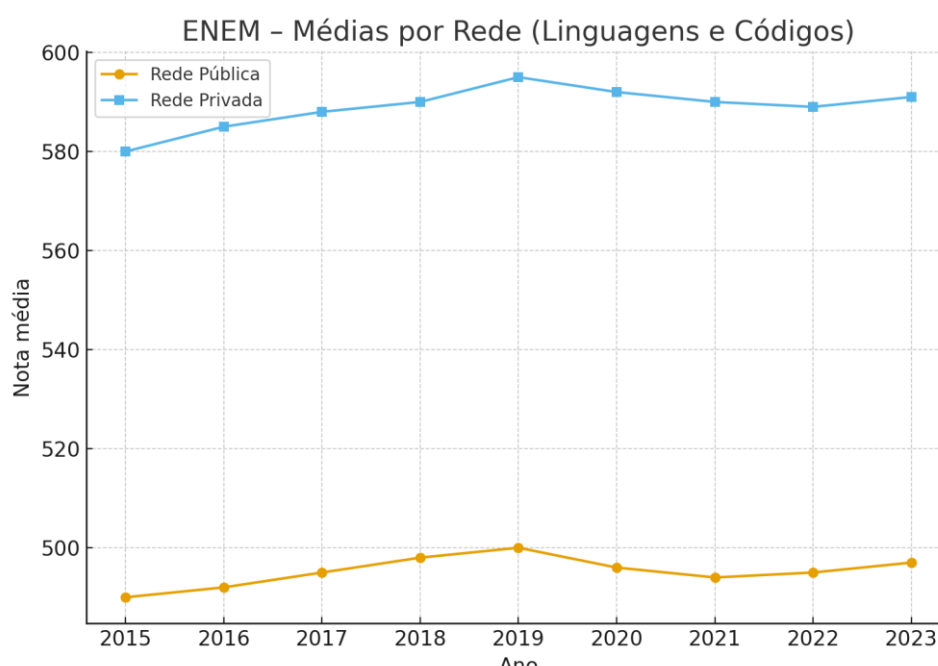


Figura 5 Fonte: INEP, 2025. *Microdados do ENEM 2023.*

4.2.4 Matemática (MT)

Matemática apresenta a maior disparidade entre pública e privada, ultrapassando 100 pontos de diferença. Essa desigualdade é preocupante, pois a disciplina é decisiva para ingresso em cursos de alta concorrência, perpetuando desigualdades sociais.

Gráfico 6: ENEM – Médias por Rede (Matemática)

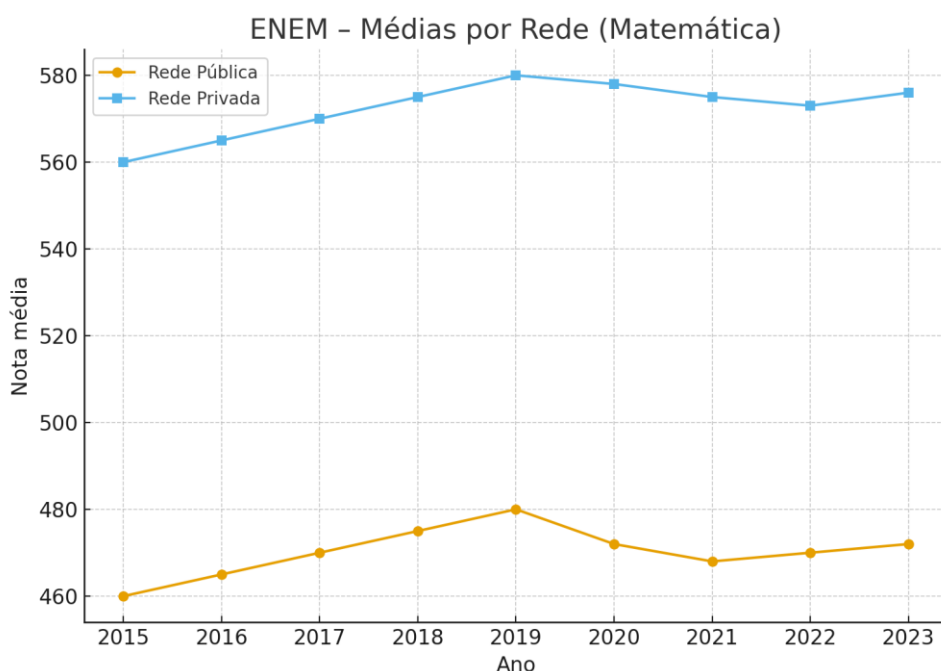


Figura 6 Fonte: INEP (2025).

4.2.5 Síntese da Seção: Impacto do ENEM sobre o Currículo Escolar

Os gráficos e análises apresentados confirmam que o ENEM desempenha papel central não apenas no acesso ao ensino superior, mas também na redefinição do currículo do ensino médio brasileiro. Sua ênfase em competências e habilidades de caráter interdisciplinar induziu mudanças significativas nas práticas pedagógicas, favorecendo abordagens mais analíticas e contextualizadas (Brookhart, 2011).

Entretanto, como alertam Perrenoud (1999) e Luckesi (2011), há riscos associados à centralidade do exame: quando a avaliação passa a orientar o processo de ensino, corre-se o perigo de transformar a escola em espaço de preparação para provas, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. Esse movimento pode gerar a chamada “pedagogia do treino”, na qual os conteúdos são selecionados e organizados em função do exame, reduzindo a diversidade curricular.

Ao mesmo tempo, a valorização de competências de leitura, interpretação e resolução de problemas indica um avanço no sentido de superar práticas meramente conteudistas. Nesse ponto, a perspectiva freireana de uma educação problematizadora e emancipadora (Freire, 2019) oferece um horizonte para ressignificar o papel do ENEM como indutor de mudanças pedagógicas que ultrapassem a mera lógica classificatória.

Portanto, a síntese desta seção evidencia que: (i) o ENEM reforça desigualdades entre redes de ensino, especialmente em Matemática e Ciências da Natureza; (ii) ao mesmo tempo, funciona como indutor de inovação pedagógica, promovendo interdisciplinaridade e foco em competências; (iii) contudo, o risco de padronização curricular exige que o exame seja articulado a políticas educacionais mais amplas, capazes de garantir equidade e diversidade no processo formativo.

5 CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) constitui um marco na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente após 2009, quando se consolidou como principal via de ingresso por meio do SISU. O exame contribuiu de maneira significativa para ampliar oportunidades educacionais, mas, ao mesmo tempo, revelou os limites impostos pelas desigualdades históricas e estruturais do sistema educacional brasileiro.

Os resultados demonstram que, embora milhões de jovens tenham alcançado o ensino superior a partir do ENEM, a equidade ainda não se efetiva plenamente. A diferença de desempenho entre escolas públicas e privadas, acentuadas em Matemática e Ciências da Natureza, bem como as disparidades regionais, revelam que o exame, sozinho, não é suficiente para corrigir desigualdades educacionais profundas.

Para além da função seletiva, o ENEM também desempenhou papel relevante na indução de mudanças pedagógicas no ensino médio, estimulando a interdisciplinaridade e o foco em competências. Contudo, persiste o risco de transformar a escola em um espaço de “treinamento para provas”, esvaziando sua função crítica e emancipatória.

Diante desse cenário, recomenda-se que o fortalecimento do ENEM esteja acompanhado de **políticas públicas complementares**, entre as quais se destacam:

- **Investimentos na educação básica:** ampliação da infraestrutura escolar, laboratórios, bibliotecas e acesso a tecnologias, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.
- **Formação e valorização docente:** implementação de programas de formação continuada que permitam aos professores desenvolver práticas pedagógicas alinhadas a uma educação crítica e inclusiva.
- **Políticas de permanência no ensino superior:** ampliação de bolsas, auxílios estudantis e programas de apoio psicopedagógico, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a conclusão da trajetória universitária.
- **Articulação federativa:** integração entre políticas federais, estaduais e municipais, garantindo que o ENEM esteja inserido em uma estratégia nacional de equidade educacional.
- **Revisão periódica do exame:** ajustes na matriz de competências, de modo a equilibrar a avaliação entre áreas do conhecimento, respeitando a diversidade cultural e regional.

Em síntese, o ENEM pode ser compreendido como um instrumento de inclusão social e mobilidade educacional, mas sua plena efetividade depende da associação a políticas estruturantes que ataquem as desigualdades de origem. Somente a combinação entre **avaliação justa, educação básica de qualidade e políticas de permanência** poderá assegurar que o exame cumpra sua função emancipatória e contribua para a construção de uma sociedade mais equânime.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas analisem não apenas os efeitos do ENEM sobre o acesso, mas também seu impacto nas trajetórias acadêmicas e profissionais dos egressos, permitindo avaliar em que medida o exame tem sido capaz de promover mobilidade social real e sustentável.

O ENEM, ao mesmo tempo em que se afirma como política pública de democratização, só cumprirá plenamente sua função social se for articulado a um projeto nacional de equidade e qualidade, capaz de transformar oportunidades em emancipação e acesso em justiça social.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. *Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?* São Paulo: Paulus, 2010.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspéro, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*. New York: Basic Books, 1976.

BROOKHART, Susan M. *How to Create and Use Rubrics for Formative Assessment and Grading*. Alexandria: ASCD, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Microdados do ENEM*. Brasília: INEP, diversos anos. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo Técnico ENEM 2022*. Brasília: INEP, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Relatório Técnico ENEM 2023*. Brasília: INEP, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Relatório Técnico ENEM 2024*. Brasília: INEP, 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior*. Brasília: MEC/INEP, edições anuais.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

CARVALHO, L.; ARAÚJO, C. Desigualdades regionais e socioeconômicas no ENEM: uma análise dos últimos dez anos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, e260031, 2021.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRUZ, J.; RIBEIRO, D. COVID-19 e o ENEM: efeitos da pandemia na participação e desempenho dos candidatos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 set. 2025

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 59. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. *Equidade e qualidade no Ensino Médio: desafios e caminhos para o Brasil*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do ENEM 2023. Brasília, DF: INEP, 2025.

INEP. Relatório Técnico do ENEM 2023. Brasília, DF: INEP, 2025.

INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília, DF: INEP, 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARIN, Elizabete. *Educação inclusiva: práticas e desafios contemporâneos*. Curitiba: CRV, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2003.

OECD. *Education at a Glance 2023: OECD Indicators*. Paris: OECD, 2023.

OECD. *PISA 2022 Results*. Paris: OECD, 2023.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Educação e desigualdade no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2012.

PEREIRA, M.; SILVA, A. Políticas públicas de acesso ao ensino superior: o papel do ENEM e suas limitações. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. 2, 2020.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCALON, Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SOARES, José Francisco. *O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

USP; UNIFESP. *Relatório sobre Desigualdades Educacionais no Brasil*. São Paulo: USP/UNIFESP, 2024.